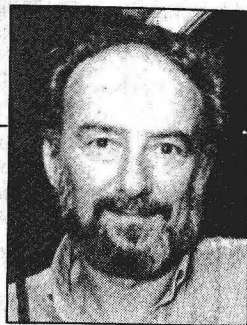


A estratégia do PMDB



Num dos programas do final de semana, o candidato a vice-presidente pelo PMDB, Waldyr Pires, admitiu: "Cometemos erros". E propôs uma "discussão franca" do comportamento do partido. A seu ver, os erros e problemas da conduta do PMDB decorrem da aliança que teve que fazer com os que antes apoiavam o regime autoritário mas dele divergiram e se compuseram com Tancredo Neves. A partir daí, no governo, só teria sido possível cumprir a parte dos compromissos que dizia respeito às liberdades democráticas; o cumprimento do programa na parte econômica e social teria sido dificultado ou impedido por aquelas forças mais conservadoras. É o que se pode deduzir dessa e de outras falas de Waldyr Pires.

Até aqui, graças inclusive ao fato de dispor de mais tempo que os outros partidos, graças à competência técnica e abundância de recursos eletrônicos, o PMDB é quem mais se aproximou de conseguir apresentar na TV um esboço de programa de governo — Ulysses até se vangloriou disso no domingo. E aos poucos, seu candidato a presidente vai conseguindo entender-se melhor com a parafernália eletrônica.

Por que, então, o partido não consegue avançar nos índices de intenção do voto? Provavelmente porque o eleitorado não está convencido das razões colocadas no início deste artigo; não perdôa ao partido não haver cumprido, no governo, seus compromissos de campanha.

E, na verdade, fica mesmo uma sensação de ambiguidade ou de duplicidade, por falta de uma discussão mais aprofundada desse ponto crucial: a participação do PMDB no governo e seus limites. Pode-se tomar alguns pontos das falas deste último fim de semana para argumentar.

O Dr. Ulysses voltou a dizer que "aumento de salário não causa inflação", quando ainda está na memória das pessoas o ministro Bresser Pereira, então ministro da Fazenda, indicado pelo PMDB, dizendo o contrário e afirmando até que o discurso no governo não podia ser igual ao discurso dos palanques (ainda que ditos, ambos, por pessoas do mesmo partido). O programa do partido mostrou, até com competência, gráficos provando que o preço dos automóveis tem subido acima da inflação, enquanto os salários não cobrem 60 por cento dessa mesma inflação — mas ainda está na memória do eleitorado que os fabricantes de automóveis peitaram o governo a que pertencia o PMDB, ganharam a parada e o PMDB continuou no governo.

Disse também o candidato do

PMDB que a sonegação atinge hoje bilhões de dólares e que irá buscar esse dinheiro, "esteja onde estiver", para cumprir o seu programa social, quando não foi essa a atitude enquanto governo — a sonegação aumentou, não diminuiu. Da mesma forma, voltou a condenar a desvinculação dos benefícios dos aposentados do salário mínimo, o que é justíssimo — mas sem dizer uma palavra quanto ao fato de essa desvinculação haver sido proposta por um ministro da Previdência que ainda pertence aos quadros do PMDB.

São essas e outras questões semelhantes que criam um problema no núcleo da estratégia do PMDB. Ou o partido consegue explicar essas coisas satisfatoriamente, ou o eleitorado continuará céptico. Por mais competente que seja seu programa na TV.

A "discussão franca" dos erros do partido, proposta pelo candidato Waldyr Pires, mais que nunca é necessária. Mas precisa ir fundo.

JOGO PERIGOSO

O deputado Afif Domingos também cedeu à tentação, brincou com informação e agora está correndo altíssimos riscos, no exato momento em que as pesquisas o apontam em forte ascensão.

Num dos seus programas, o candidato do PL, irritado com as acusações que lhe vinham sendo feitas com base em sua atuação na Constituinte, replicou mostrando um papel que o identificaria como autor do substitutivo que garantiu os principais direitos dos trabalhadores na nova Constituição. A resposta veio no dia seguinte, no mesmo programa que o acusara antes (PRN). Foi chamado de "mentiroso", com todas as letras. E apontados seus votos contra a jornada de 40 horas, o direito de greve, a reforma agrária etc.

Afif contra-atacou desafiando Collor para um debate. Collor aceitou, mas sugerindo outro local.

E uma guerra em que o candidato Afif certamente sairá perdendo alguma coisa, pois não terá como negar aqueles votos. Collor provavelmente também perderá, pois Afif terá de recorrer a bombardeio pesado. No balanço final, perderão os dois. Na ânsia de ocupar o mesmo lugar — o do neo-liberalismo no fundo conservador —, vão beneficiar aqueles que consideram seus adversários maiores.

PROPOSTA RADICAL

No fundo, no fundo, a proposta mais radical da campanha é a do candidato do PMN, Celso Brant. Ele propõe, nada mais, nada menos, que uma reorganização do sistema financeiro internacional, forçada por uma reorganização política, que se tornaria inevitável a partir de uma aliança dos 130 países do Terceiro Mundo — e que co-

locaria Brasília como sede do Parlamento dessa nova união. A partir daí, tirar-se-ia do dólar seu poder de moeda universal e sua capacidade de determinar os rumos de todo o mundo.

No frigidar dos ovos, é o retorno a diretrizes que conduziram à utopia do governo universal.

Com dois minutos e meio por dia na TV, o candidato consegue explicar didática e claramente suas teses. Impecável. É um dos pontos altos do horário eleitoral gratuito, concorde-se ou não com seu pensamento.

O PESO DA DITADURA

Há poucos dias, ao comentar-se aqui a estratégia do PMDB, mencionou-se que seu candidato, como vários outros, confere importância decisiva à identificação de quem colaborou ou não com o regime autoritário. Isso determinaria a maior parte dos votos.

Uma pesquisa comentada no domingo pelo senador Mário Covas mostrou que não é bem assim: 40 por cento dos jovens de 16 e 17 anos disseram que "tanto faz ditadura como democracia". Isso, entre os jovens eleitores, que costumam ser os mais radicais. Imagine-se entre os mais velhos. Retorna-se, por esse caminho, ao primeiro comentário de hoje: enquanto não se discutir a fundo o que aconteceu de fato no Governo de 1985 para cá, a confusão a respeito desses valores persi stirá.

REGIONALIZAÇÃO DA TV

O candidato do PCB tocou, no final de semana, em ponto importante: a necessidade de regulamentar o artigo 221, inciso III, da nova Constituição, que determina a regionalização dos programas de TV e rádio, em porcentagem a ser fixada em lei.

LEMBRETES

O ministro Aureliano Chaves foi mostrado pela quarta vez na mesma entrevista em sua fazenda, com o chapéu provocando uma sombra sobre metade de seu rosto. Parecia um tapa-olho. Descuido perfeitamente evitável. E falou, em outro ponto, **em passant**, nos cuidados que é preciso ter na construção de hidrelétricas. É um bom tema para desenvolver. Até porque a atuação governamental, até aqui, não merece elogios, nessa área.

O candidato Ronaldo Caiado não consegue conter um riso nervoso, quase esgar, mesmo quando está falando de assuntos muito sérios. Prejudicá sua imagem.

Nas imagens de comícios, Collor de Mello leva vantagem, graças a uma tática simples: sempre atravessa a massa de povo, e por isso sempre ganha abraços, beijos e efusões entusiasmadas — que rendem, todos, imagens mais "quentes" que as dos outros candidatos.